

**A REPRESENTAÇÃO DOS PAGÃOS NO SÉCULO XI: NARRATIVAS
NORMANDAS SOBRE ESCANDINAVOS E SARRACENOS.**

**THE REPRESENTATION OF PAGANS IN THE 11TH CENTURY: NORMAN
NARRATIVES ABOUT SCANDINAVIANS AND SARACENS.**

Matheus Brum Domingues Dettmann¹

Resumo: Ao longo dos séculos X e XI, a Normandia se consolidou como um importante centro de poder no norte da Francia. Os normandos, liderados pela dinastia normanda de Rouen, expandiram consideravelmente seu território e sua influência na Francia. Contudo, essa expansão normanda não se limitou ao reino da Francia e esses normandos conquistaram também possessões além-mar. Um importante exemplo desse processo foi a conquista normanda do sul da Itália chefiada pela família normanda dos Hauteville. Os normandos na Francia e na Itália, enfrentaram um problema semelhante: a necessidade de legitimar sua posição política e social. Um mecanismo usado pelas duas dinastias foi encomendar narrativas escritas de suas trajetórias que justificassem suas soberanias. Em ambos os casos, os autores tiveram que representar em suas narrativas populações não cristãs: os escandinavos e os sarracenos. Para representar essas populações, os autores usam o termo pagão. Esse artigo busca analisar como a denominação pagão é usada na narrativa de Dudo de Saint-Quentin e na de Godofredo Malaterra e como ela se relaciona aos principais objetivos e interesses sociais e políticas de ambas narrativas.

Palavras-chave: Dudo de Saint-Quentin; Godofredo Malaterra; Pagãos; Normandos.

Abstract: Throughout the 10th and 11th centuries, Normandy established itself as an important center of power in northern Francia. The Normans, led by the Norman dynasty of Rouen, considerably expanded their territory and influence in Francia. However, this Norman expansion was not limited to the Kingdom of Francia, and these Normans also conquered overseas possessions. An important example of this process was the Norman conquest of southern Italy led by the Norman Hauteville family. The Normans in Francia and Italy faced a similar problem: the need to legitimize their political and social position. One mechanism used by both dynasties was to commission written narratives of their trajectories to justify their sovereignty. In both cases, the authors had to represent non-Christian populations in their narratives: the Scandinavians and the Saracens. To represent these populations, the authors use the term pagan. This article seeks to analyze how the term pagan is used in the narratives

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ) e bolsista pela FAPERJ. Email: matheusbrumdettmann@gmail.com. Orcid:0000-0002-9963-9132.

of Dudo de Saint-Quentin and Godofredo Malaterra, and how it relates to the main social and political objectives and interests of both narratives.

Keywords: Dudo of Saint-Quentin; Geoffrey Malaterra; Pagans; Normans.

Introdução

Durante o período medieval na Europa, o cristianismo cumpriu um papel de destaque, permeando os mais diversos aspectos da sociedade. A Igreja e a religião cristã tinham uma função fundamental na produção cultural e nas disputas de poder, por exemplo. Contudo, embora o cristianismo tenha tido um papel importante na Europa medieval, não se deve cometer o equívoco de concluir que o cristianismo era a única forma de manifestação e prática religiosa existente. A Europa medieval, especialmente durante a Alta Idade Média, também seria palco de outras práticas religiosas de origem não cristã.

Dentre essas diferentes expressões religiosas, podemos citar, por exemplo, as práticas tradicionais germânicas mantidas pelas populações que invadiram o território do Império Romano do Ocidente, por exemplo. James Palmer realizou um estudo interessante acerca da religiosidade destes grupos germânicos durante a Alta Idade Média. Investigando as fontes carolíngias dos séculos VIII e IX, o autor percebe o uso recorrente do termo "pagão" (*paganus*; *pagani*) para designar essas populações não cristãs (PALMER, 2007, p. 403).

Palmer afirma ainda que o termo provém de uma distinção artificial criada nos primeiros anos da cristandade para separar a civilizada religião das cidades dos rústicos crentes que viviam nos campos e não professavam a fé cristã (PALMER, 2007, p. 403). Assim, o paganismo se forma mais como uma caracterização geral daquilo que era percebido como a antítese do cristianismo do que como uma religião específica e com práticas bem definidas e regulamentadas (PALMER, 2007, p. 403).

Palmer aponta que, dependendo do autor que está retratando esses povos não cristãos, até mesmo praticantes de religiões monoteístas, tais como muçulmanos, poderiam ser igualmente denominados como pagãos (PALMER, 2007, p. 403). Contudo, normalmente, o termo se referia aos politeístas greco-romanos e bárbaros vindos de além da fronteira imperial (PALMER, 2007, p. 404).

John Tolan, por sua vez, investigou sobre a associação dos muçulmanos com o paganismo nos textos cristãos. Segundo o autor, especialmente no período da primeira cruzada, a imagem dos muçulmanos como idólatras e politeístas se tornou frequente nas crônicas cristãs (TOLAN, 2002, p.109). O autor cita, por exemplo, a *Gesta Francorum*, na qual é dito que muçulmanos encontrados pelos cruzados no oriente faziam juramentos em nome de um deus chamado *Machomet* (TOLAN, 2002, p.110). O autor salienta também a associação feita entre o principal profeta do islã, Muhammad, como uma figura demoníaca (TOLAN, 2002, p.108). Além disso, uma ligação entre sua figura e divindades politeístas greco-romanas também pode ser encontrada (TOLAN, 2002, p.108).

Essa denominação dos muçulmanos como idólatras e politeístas servia para justificar a expansão cristã européia no Oriente que combatiam esses pagãos em nome do cristianismo (TOLAN, 2002, p.112). Novamente a ideia de pagão surge como uma categoria consideravelmente ampla e sem uma caracterização específica além do culto a mais de um deus, deus esse considerado um ídolo falso e enganoso para os cronistas cristãos europeus.

Palmer e Tolan parecem ter chegado à conclusão de que a denominação pagão, nas crônicas estudadas por eles, se configura mais em um imaginário oposto ao ideal de cristão defendido por esses cronistas do que em uma instituição religiosa específica com práticas bem delimitadas. Contudo, o paganismo pode ser considerado realmente apenas uma oposição ao cristianismo nos textos cristãos medievais? Para o medievo, o paganismo se limita a uma generalização imposta às populações não cristãs em sua totalidade?

Este artigo busca realizar uma análise de duas importantes obras produzidas na Europa do século XI: a *Historia Normannorum (De moribus et actis primorum Norminniae ducum)* de Dudo de Saint-Quentin e a *De rebus gestis Rogerii (De rebus gestis Rogerii Calabriae et Siciliae comitis et Roberti Guiscardi ducis patris eius)* de Godofredo Malaterra. Dudo de Saint-Quentin, escrevendo na Normandia no princípio do século XI, usa o termo para denominar populações germânicas politeístas e não cristãs, enquanto Malaterra, escrevendo na Sicília após a conquista normanda da ilha na última década do século XI, usa a terminologia para se referir aos muçulmanos encontrados pelos normandos em sua conquista da Sicília.

Por meio da análise dessas duas fontes, pretendemos demonstrar como o conceito de pagão pode tomar um valor diferente nas narrativas do século XI. Pagão não se limita a uma ferramenta de distinção entre cristão e não cristão, como também pode ser usado para distinguir e criar fronteiras entre as próprias comunidades não cristãs ou entre as populações que não seguem um modelo ideal de cristianismo defendido pelos cronistas latinos medievais.

Para realizar esse estudo, usaremos o conceito de representação para analisar a forma que os autores retratam os pagãos em suas obras. Como dito por Chartier, a representação pode ser entendida como uma ferramenta pela qual um grupo de indivíduos atribui significado para o mundo social, tratando-se de um processo intencional e movido por interesses que segue a estratégia de um grupo ou agente social (CHARTIER, 1991, p.183). A representação é, assim, essencial à construção discursiva, criando não a realidade em si, mas uma versão dela que está associada a interesses específicos. A representação busca influenciar diretamente a própria sociedade na qual ela é produzida.

Essa definição parece se encaixar bem às obras que serão analisadas neste artigo. Como apontado por Patrick Geary, tais crônicas produzidas no século XI retratando eventos passados são um exemplo de uma construção narrativa por meio de uma seleção de memórias (GEARY, 2021, p. 28). Os autores, deliberadamente, escolhem memórias para serem perpetuadas em suas obras e outras para serem negligenciadas e banidas ao esquecimento. Segundo Geary, essa construção narrativa seletiva serve tanto para defender tradições antigas ameaçadas pelas novas conjunturas do período quanto para legitimar novas realidades, ancorando-as no passado (GEARY, 2021, p. 26).

Tanto a obra de Dudo de Saint-Quentin quanto a de Godofredo Malaterra realizam essa seleção de memórias, criando uma representação do passado. Essa representação segue uma estratégia narrativa que busca atender aos interesses políticos e sociais de seus patronos. Tal proposta não é diferente para a forma como os autores representam os pagãos em suas obras. Assim, a figura desses pagãos são representações diretamente relacionadas aos interesses políticos e sociais que influenciam a produção de ambas as obras.

Outro conceito importante para esta pesquisa será o da fronteira étnica. Para Fredrik Barth, tal fronteira, que separa o “nós” e o “eles” é construída de forma fluída, variável e

dinâmica (BARTH, 1998, p.195). Essa construção não seria fruto da aleatoriedade, mas se relaciona a interesses e objetivos políticos, selecionando características específicas que irão pautar esse processo de exclusão e identificação. Para Walter Pohl, essa fronteira de baseia em elementos culturais que podem ser forjados e moldados e não necessariamente em características imutáveis (POHL, 1998, p. 21).

Os escandinavos de Dudo de Saint-Quentin: pagãos ou cristãos?

Entre os séculos IX e X, o reino da Francia Ocidental, assim como outros reinos europeus, sofreu com constantes invasões escandinavas. Esses escandinavos que, em sua maioria pelo menos, não eram cristãos, se notabilizaram pelos seus ataques e pilhagens nos reinos da cristandade. No princípio do século X, o rei Carlos III (879-929) decide formar uma aliança com um desses líderes escandinavos, um homem conhecido como Rollo (860-932) (CROUCH, 2002, p. 4).

Rollo seria batizado junto de seus seguidores e receberia terras na região de Rouen. Rollo seria o fundador da dinastia normanda de Rouen ou dinastia rollônida. A linhagem de Rollo ganharia notoriedade e influência dentro do reino franco e se consolidou como uma das principais linhagens aristocráticas na Francia do século XI. Nesse contexto de construção e desenvolvimento dessa Normandia, Dudo de Saint-Quentin irá escrever sua mais importante obra, a *Historia Normannorum*.

Como elucidado pelo próprio Dudo em sua narrativa, ele tinha sido enviado às terras normandas por seu senhor, Alberto de Vermandois (930-987) (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 298). A ida de Dudo parece ter motivações diplomáticas e Alberto buscava ganhar o apoio do soberano normando em sua tentativa de construir uma boa relação com o novo rei dos francos ocidentais, Hugo Capeto (941-996). Segundo o próprio Dudo, em sua estadia na Normandia, o próprio soberano normando, Ricardo I, o Destemido (932-996), teria manifestado o desejo de lhe encomendar uma obra referente ao governo de seu avô, Rollo (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 123). Com a morte de Ricardo, a tarefa coube a seu filho e sucessor, Ricardo II, o bom (970-1026).

Como atestado por Fraser McNair, parece correto afirmar que Dudo tinha boas relações com os membros da corte de Rouen, especialmente com o tio do duque, Raul de Ivry. Raul é citado como um dos principais relatores que serviram de fonte para Dudo e sua participação parece reforçar que a escrita de Dudo parece se alinhar plenamente com os interesses da linhagem Rollônida (MCNAIR, 2015, p.320).

A obra de Dudo relata o início das invasões escandinavas na Francia e os governos dos três primeiros soberanos de Rouen: Rollo, Guilherme Espada-Longa (893-942) e Ricardo, o Destemido. Como era esperado de tal narrativa, os escandinavos acabam tendo um papel importante na obra. Contudo, mesmo representando essas populações politeístas e não cristãs, em boa parte de sua narrativa, Dudo parece se referir a esses escandinavos com certo grau de neutralidade em boa parte do texto.

Dudo conta como estes escandinavos teriam se originado de uma terra ao norte que o autor denomina como Dácia. Assim, ao longo de sua obra, os termos mais recorrentes usados pelo autor para se referir a esses escandinavos parecem ser a nomenclatura dácio (*Daci; Dani*) (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 53). Logo no princípio de sua narrativa, Dudo descreve como esses dácios faziam sacrifícios humanos por uma viagem bem-sucedida em suas expedições. O autor até especifica que tal sacrifício seria para o deus *Thur*, divindade cultuada por esses dácios (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 132). Após isso, o autor descreve como esses dácios devastam e pilham o reino franco.

É interessante notar que, tanto durante a descrição do sacrifício ritualístico quanto durante os ataques feitos na Francia, o autor não chama esses escandinavos de pagãos. Dudo apenas começa a empregar o termo para descrever essas populações em uma passagem um pouco posterior e que não se passa na Francia. Ao relatar o ataque do líder dácio Hastings (*Astignus*) na cidade italiana de Luna, o autor passa a nomear Hastings e seus homens como pagãos (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 135). Importante salientar também que, nessa passagem, Dudo generaliza os habitantes de Luna como cristãos.

Se considerarmos que Dudo escreve sua obra na Francia, apresentar esse acontecimento como um ataque de pagãos contra cristãos parece ter maior efeito em seus possíveis leitores do que um relato de como dácios atacaram uma cidade lombarda, por

exemplo. Neste trecho, Dudo parece reproduzir a fronteira entre cristãos e pagãos que abordamos anteriormente ao citar os estudos de Palmer e Tolan. Porém, o termo pagão parece ter um outro valor com a introdução do primeiro governante normando, Rollo.

Dudo relata como Rollo, após se envolver em uma disputa por poder na Dácia (na qual seu irmão é morto), se vê obrigado a deixar sua terra natal. Rollo então se dirige posteriormente à Inglaterra (*terra anglisca*) (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 161). Após auxiliar um certo rei cristão chamado Alstemus, Rollo inicia seus ataques às terras francas. Importante salientar que, em todo esse processo, desde sua saída da Dácia até seus ataques no território cristão, Dudo não denomina Rollo como pagão. O termo só é retomado após o cerco de Rollo à cidade de Paris. Em uma reunião da aristocracia franca, a elite franca se refere aos seguidores de Rollo como pagãos e, posteriormente, o próprio Rollo é denominado duque dos pagãos. Por que Dudo realiza essa mudança de terminologia? Até este momento ele apenas se referiu a Rollo e seus guerreiros como dácios ou, depois que chegaram à Francia, como normandos. Pode existir algum fator que explique a adoção do termo?

Durante seu cerco a Paris, é dito por Dudo que Rollo interrompe seu ataque à cidade para auxiliar *Alstemus* a combater uma revolta na Inglaterra (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 160). Dudo também ressalta que Rollo retorna da Inglaterra com muitos jovens que resolvem lhe acompanhar (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 163).

Imediatamente, Rollo, tendo se despedido amigavelmente do rei, reuniu uma multidão indescritível de jovens, e atravessou rumo ao reino da Francia. Imediatamente dividiu seu exército, alguns ao longo do Sena, outros ao longo do Loire e outros ao longo do rio Gerunda, para saquear as províncias entre eles (Tradução nossa) (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 163).²

É apenas depois que estes jovens dácios vindos da Inglaterra se juntam aos contingentes de Rollo que o termo "pagão" passa a ser usado. Contudo, Rollo em si não é

² Nequaquam domine regnum dimittas cui praeesse et prodesse iugi iuuamine debes Extemplo Rollo amicabiliter rege relicto; congregatu inenarrabili multitudine iuuenum transfretato ponto franciscum aduehitur regnum. Statim comites exercitus sui diuidens alios alueo sequanae alios ligeris fluento alios amne gerundae interiacentes prouincias praedaturos; celeri navigatione misit.

chamado de pagão. Dudo menciona, por exemplo, que durante um confronto das forças de Rollo com os francos, um grupo de pagãos é cercado em uma fortificação pelos francos, até conseguir romper o cerco e retornar aos navios (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 166). Contudo, nem Rollo nem seus seguidores mais antigos, como Botho, por exemplo, são mencionados dentro deste grupo. Da mesma forma, a referência a Rollo como duque dos pagãos parece atestar mais o seu domínio sobre essas populações que atuavam na Francia do que sua própria natureza.

Contudo, por que o autor faria tal distinção? Não eram todos estes dácios politeístas e praticantes de ritos não cristãos? Qual a diferença entre Rollo e esses outros dácios que decidem acompanhá-lo posteriormente? Para responder a essas questões, é necessário compreender um dos grandes objetivos de Dudo em sua narrativa.

Como dito por Benjamin Pohl, um dos principais desejos da corte de Rouen com o trabalho do Dudo era que o autor conseguisse recontextualizar o passado de modo que confirmasse a imagem dos soberanos de Rouen como governantes cristãos legítimos (POHL, 2015, p. 117). Segundo Patrick Geary, a descentralização do poder carolíngio na Francia irá transformar as relações dentro da aristocracia franca. Conflitos e a resolução deles, por exemplo, passam a ser regidos mais pela própria nobreza que pela figura do rei (GEARY, 1986, p. 1117).

Dentro dessa nova dinâmica de poder, é essencial que estes aristocratas sejam reconhecidos como iguais e pertencentes legítimos desta elite franca. Nesse ponto, a dinastia normanda enfrenta um problema. Autores como Richer de Reims, escrevendo no século X constroem uma imagem consideravelmente negativa dos soberanos normandos. Richer até mesmo chama Rollo de duque dos piratas (*duces pyratarum*) (POHL, 2015, p. 117). Isso parece indicar a sobrevivência de certa desconfiança e contestação da posição da linhagem de Rouen como parte dessa aristocracia franca.

Assim, como demonstrado por Leah Shopkow, um dos objetivos fundamentais da obra de Dudo é construir essa imagem do soberano normando como um soberano cristão legítimo (SHOPKOW, 1989, p.28). Benjamin Pohl também ressalta a vontade dos soberanos normandos em se livrar dessa reputação negativa de líder dos piratas (POHL, 2015, p. 117). Contudo, como

promover a imagem de uma dinastia normanda cristã ao mesmo tempo que acrescenta o passado não cristão de Rollo à narrativa? Uma estratégia interessante usada por Dudo é a descrição de um sonho profético de Rollo.

Segundo o autor, enquanto estava na ilha da *Scanza* e, posteriormente, na Inglaterra, Rollo teria tido um sonho que é interpretado como uma indicação de que ele se converteria ao cristianismo (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 148). Com essa estratégia, Dudo parece criar um status diferente para Rollo. Rollo é colocado em uma posição na qual, mesmo ainda não sendo batizado, é favorecido e até auxiliado pelo Deus cristão.

Alguns momentos da obra de Dudo parecem confirmar esse status especial de Rollo. Ao atravessar o mar entre a Inglaterra e a França, o autor aponta como o navio de Dudo é pego em uma tempestade que apenas se acalma quando Rollo pede a intercessão do Deus cristão.

Aqui e ali, os navios ondulam como se atravessassem montanhas e vales. E ameaçam de morte súbita a todos. Então Rollo, prostrado com as mãos estendidas, apoiou-se no navio e, em voz baixa, proferiu estas palavras: “Ó Deus Todo-Poderoso, que preenche os reinos celestiais com luz, que sustenta o céu e a terra através dos tempos, cuja divindade e eternidade abrangem todas as coisas, que é cheio de vícios e pecados, que me vê como um dom de Cristo, em pouco tempo, o futuro se transforma, aceite meus votos de bom grado e seja bondoso com minhas orações, acalme as ondas e impeça as bravias de ruína, livrando-nos destes acidentes, comprima, suavize, manso e sereno, impedindo o mar dessa tempestade tão violenta.” Mas quando essas orações terminam, o mar logo se acalma, e as imensas extensões do mar são apaziguadas pelo vento, e os navios, dilacerados pela tempestade, se desdobram brevemente (Tradução nossa) (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 151)³.

³ Huc illucque naues quasi per montes et ualles fluctuant. Mortemque repentinam omnibus intentant. Tunc Rollo protensis manibus prostratus incubuit nauí humilique uoce talia profudit. “O deus omnipotens coelestia lumine complens Qui celum terramque tenes per secula cuius Numen et aeterno complectens omnia giro Infestum uitii peccati et fece repletum Qui me christicolam fieri uis munere uisi Temporis exiguo cursu uuolente futuri Suscipe uota libens precibusque fa benignus Fluctus sedastisque feros compesce ruinis Casibus eripiens istis nos atque labore Comprime demulcens mitescens atque serena Vndantem nimium uiolento turbine pontum. Harum uero orationum precibus finitis mox mare quiescit serenatis procellis inmensosque aequoris tractus obtato flamine breuiter explicuerunt nauesque tempestate disruptas.

Esta parece uma passagem um tanto contraditória para descrever um líder pagão. Rollo também é descrito poupando a abadia de Fleury no rio Loire, por causa de seu patrono, São Bento (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 164). Além disso, o líder normando também se mostra perturbado ao ver o estado de destruição das igrejas de Rouen (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 153).

Tudo isso parece confirmar a hipótese de que a situação de Rollo é diferente da de outros escandinavos. Rollo não é cristão, mas está destinado a sê-lo⁴. Assim, o uso de termo pagão parece ser introduzido justamente para marcar essa diferença entre Rollo e os novos guerreiros escandinavos que o acompanham em seu retorno à França.

Essa posição de Rollo pode estar relacionada a uma prática atestada no mundo escandinavo: a *prima signátio* ou *prímsigning* (LANGER, 2023). Como apontado por Johnni Langer, tal prática era considerada como uma espécie de primeiro batismo (LANGER, 2023). Essa prática não correspondia a uma conversão total, mas a um primeiro contato com as estruturas simbólicas da nova religiosidade sem precisar abandonar totalmente suas crenças antigas (LANGER, 2023). Tal prática parece ter sido útil a essas populações escandinavas, permitindo uma maior interação com os povos da cristandade sem ter que abandonar suas práticas antigas completamente.

Isso parece se encaixar perfeitamente na situação de Rollo. O líder normando já demonstra uma inclinação à fé cristã, mas não é batizado ainda. Assim, Rollo somente é batizado oficialmente após sua aliança com os francos e não apenas abandona suas práticas não cristãs, como também se torna um defensor da cristandade e benfeitor da Igreja. Um ponto importante é trazido por James J. O'Donnell em sua análise do cristianismo no período romano (O'DONNELL, 1979, p.52). Segundo o autor, a grande diferença entre pagãos e cristãos seria a atitude em relação às outras crenças.

Assim, para ser cristão não basta acreditar no Deus cristão, mas negar a existência de outras divindades e abandonar em definitivo práticas pagãs. Como demonstrado por James

⁴ O próprio termo normando parece cumprir uma função importante de distinção na narrativa, com Dudo preferindo não denominar outros escandinavos como tal. Entretanto, a investigação aprofundada sobre a terminologia normando e seu uso nas narrativas do século XI não será realizada neste artigo.

Palmer, isso será uma preocupação recorrente da Igreja até os tempos medievais (PALMER, 2007, p.404).

Contudo, Rollo parece se encaixar consideravelmente nessa situação. Rollo não é oficialmente cristão, pois ainda não recebeu o batismo definitivo e oficial, assim, não tendo que abandonar completamente sua crença antiga. Porém, Rollo também não é pagão e isso parece ser evidenciado pela recusa do autor em nomeá-lo assim e pela introdução de dácios pagãos na narrativa, de modo a criar uma oposição entre eles e Rollo.

Tal oposição contínua nos relatos de seus sucessores. Embora em alguns momentos Dudo chegue a reconhecer Guilherme e Ricardo como da raça dácia e crie uma aproximação com os escandinavos, o paganismo não é associado à linhagem Rollônida. De fato, o autor enaltece como Guilherme seria um protetor dos normandos contra os pagãos (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 204) e como ele e Ricardo teriam convertido pagãos ao cristianismo (Dudode Saint-Quentin, 1865, p. 288).

Assim, a figura do pagão parece servir para enaltecer ainda mais a posição do soberano normando como um legítimo soberano cristão. Contudo, essa não parece ser a única função do termo na continuação da narrativa e os pagãos terão um papel mais destacado no relato sobre Ricardo I.

Dudo conta como, durante o governo de Ricardo I, em duas ocasiões os normandos precisam usar aliados pagãos em suas lutas contra os francos. Em um desses relatos sobre tais alianças, Ricardo chama um grupo de pagãos para devastar as terras francas em retaliação pelas ações do rei e dos nobres francos contra ele. Ao fim, Ricardo se reconcilia com os francos e converte parte dos pagãos, que ganham assim o direito de se estabelecerem na Normandia, enquanto os que permanecem pagãos são enviados à Espanha para continuar suas campanhas de pilhagem (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 288).

O outro trecho no qual os normandos se aliam com esses pagãos é ainda mais instigante. Dudo menciona como, após a morte de Guilherme, o rei franco Luís IV (920-954) teria capturado Ricardo e tentado tomar posse da Normandia (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 233). Bernardo, o dácio, um dos conselheiros mais importantes da linhagem Rollônida, finge

aceitar o domínio franco, mas, secretamente, solicita auxílio de pagãos dácios para defender a posse de Ricardo na Normandia (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 242).

O rei Harald (*Halgroldum*) é quem responde a essa solicitação. Dudo conta como Harald vai até a região oeste da Normandia; de lá, o rei dos pagãos se junta aos guerreiros de Cotentin e de Bessin e parte para confrontar os francos. Para melhor compreender essa passagem, é importante ter em mente a situação vivenciada na região oeste da Normandia no período ou Baixa Normandia.

Dudo, em seu relato, menciona como Carlos III teria concedido a Rollo toda a região da Normandia e da Bretanha na costa norte da Francia. O autor ainda afirma que o rei teria desejo de lhe conceder também o governo sobre Flandres, o que não se concretizou. Contudo, uma doação posterior feita pelo rei Raul I (890-936), concedendo as regiões ocidentais da Normandia (Avranches e Contentin) a Guilherme Espada-Longa, parece ir contra essa afirmação de Dudo (HAGGER, 2012, p. 20).

De fato, Mark Hagger, em um estudo referente aos documentos de concessão de propriedades dos soberanos normandos de Rouen, afirma que, aparentemente, a autoridade da dinastia de Rouen não estava assegurada na parte ocidental da Normandia (HAGGER, 2012, p. 22). Se não fosse a dinastia de Rouen quem controlava a região, quem seriam seus governantes? É difícil chegar a uma resposta definitiva para essa pergunta devido à ausência de registros escritos e mesmo de fontes arqueológicas encontradas, mas algumas evidências parecem levantar uma possibilidade.

Embora Dudo afirme que Rollo já teria domínio pleno sobre a região, o autor também afirma que as pessoas de Bayeux preferiam falar a língua dácia, enquanto as pessoas de Rouen optaram por falar línguas românicas. Segundo Hagger, isso pode indicar a existência de lideranças escandinavas paralelas a Rouen na região (HAGGER, 2012, p. 22). O autor menciona também o relato de Flodoardo de Reims, que afirma que novos bandos de escandinavos pagãos haviam se estabelecido na região, e até mesmo cita um certo Haroldo que teria tomado controle de Bayeux até 952 (HAGGER, 2012, p. 22). Em 987, as relíquias de Saint Vigor precisam ser removidas de Bayeux e Hairulfo de Saint-Riquier escreve sobre a devastação feita na cidade pelos bárbaros e pela ausência de serviço divino (HAGGER, 2012, p. 22).

Aliado à ausência de documentação escrita e ao abandono de certas casas religiosas e igrejas importantes na região parece indicar que a Baixa-Normandia estaria submetida a lideranças escandinavas. Dessa forma, a doação da região a Guilherme seria uma estratégia do rei dos francos para que Guilherme e seus sucessores submetessem essa região.

Como apontado por David Crouch, esse será efetivamente um dos grandes objetivos políticos e sociais da dinastia de Rouen. O autor afirma que Guilherme irá se esforçar para estender seu domínio sobre essas populações, por meio de alianças e de confrontos (CROUCH, 2002, p.13). Essa visão parece ser corroborada pela própria narrativa de Dudo. Após o nascimento de Ricardo, Dudo afirma que seu pai o teria enviado a Bayeux para aprender a língua dácia (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 201). Parece muito mais provável que Ricardo fosse enviado a Bayeux para firmar laços políticos e sociais com possíveis lideranças escandinavas na região.

Do mesmo modo, quando o autor menciona como Guilherme combateu e converteu pagãos, parece provável que ele esteja se referindo a agrupamentos escandinavos na Baixa-Normandia. Embora seja muito difícil precisar se esses escandinavos eram politeístas ou cristãos, a ideia da conversão parece indicar que, pelo menos, essas populações devem ter sido batizadas e aceito a forma "correta" de cristianismo.

Como apontado por Peter Brown, a grande preocupação no reino franco após sua conversão não seria a luta contra os pagãos, mas a luta contra a pobre educação religiosa, ou seja, a sobrevivência de formas incorretas de cristianismo que combinavam rituais pagãos politeístas com ritos cristãos (BROWN, 2013, p. 426).

Michael Bailey nos traz um excelente exemplo dessa preocupação. Bailey demonstra a grande preocupação de Agobardo de Lyon (769-840) em dissuadir as pessoas de Lyon da existência de feiticeiros que usam rituais mágicos para controlar o clima. Como apontado por Bailey, tal crença é duramente reprimida e censurada por Agobardo e, dentre os motivos para isso, estaria o fato de que tais crenças competiam com a própria Igreja, que realizava ritos específicos para pedir a Deus boas colheitas e um clima favorável (BAILEY, 2020, p.185).

Assim, era importante que não apenas essas populações fossem cristãs, mas que também praticassem o cristianismo correto, mediado e regulado pela Igreja. O que torna muito difícil precisar se essas populações da Baixa-Normandia mantinham uma religião politeísta ou se eles praticavam um cristianismo com muitas sobrevivências e heranças da Escandinávia pré-cristã.

Essa questão se torna ainda mais problemática quando, posteriormente, Ricardo I se envolve com uma mulher dácia. Segundo Dudo, após o falecimento de sua esposa, Emma de Paris (943-968), Ricardo teria contraído uma relação ilícita com uma mulher dácia e teria mantido tal união até seus conselheiros sugerirem que ele se casasse com ela pelos ritos cristãos (Dudo de Saint-Quentin, 1865, p. 292). Tal união parece estar de acordo com relações de concubinato encontradas no mundo escandinavo. De fato, o próprio Guilherme Espada-Longa e Ricardo seriam frutos desse tipo de união.

Hagger chega a afirmar que a união de Ricardo com esta mulher, posteriormente referida como Gunnora, seria parte da campanha de Rouen para expandir seu controle sobre a Baixa-Normandia, um empreendimento que se manteria até o século XI (HAGGER, 2012, p. 27). O autor também aponta a existência de dois nomes na documentação sobre Gunnora (Gunnora e Alberada) como uma prova de que Gunnora teria sido batizada posteriormente e que ela usaria seu nome dácio para obter uma melhor relação entre a dinastia de Rouen e as lideranças escandinavas na região (HAGGER, 2012, p. 28).

Essa conjuntura torna a passagem de Dudo sobre o auxílio de Haroldo a Ricardo mais interessante. Dudo destaca que Haroldo e seus homens são pagãos, mas os homens de Contentin e Bessin que o acompanham não. De fato, o autor faz questão de demarcar essa oposição em seu texto (*Tandem multifluo pestiferoque constantinensium et baiocacensium necnon paganorum cetu hinc inde uallati*). Algumas explicações para esse fenômeno parecem possíveis. A justificativa mais óbvia seria que, na narrativa de Dudo, todos os normandos já são plenamente cristãos sob a liderança de Rouen.

Porém, outra explicação parece, novamente, apontar o termo pagão como uma nomenclatura de distinção dentro dessas populações escandinavas. Parece possível, como dito anteriormente, que estes homens de Cotentin e Bessin já tivessem certo contato com o

cristianismo e Dudo usa o termo pagão para separá-los de escandinavos recém-chegados na região que ainda professam uma crença plenamente politeísta, ou seja, pagã.

Essa possibilidade parece ser corroborada pela opinião de autores como Lesley Abrams (ABRAMS, 2013 p.48). Como afirmado por esses autores, a população escandinava na Normandia era uma minoria numérica. Quando falamos sobre lideranças dácias, estamos falando de um grupo diminuto que governa uma população, provavelmente, majoritariamente cristã e franca.

Assim, para esses agrupamentos que já estavam bem estabelecidos na região ocidental normanda, parece fantasioso imaginar que eles manteriam suas crenças antigas de forma "pura" e "imaculada" nesse contexto. Parece muito mais provável que estas lideranças de Bayeux e Contentin já tivessem adotado práticas e crenças cristãs, porém, mantendo costumes e práticas mais antigas. Mark Hagger ao analisar o dote concedido por Ricardo II a sua esposa, Judith da Bretanha, aponta a existência de Igrejas em uma parte da península de Cotentin que ainda não estava plenamente cristianizada (HAGGER, 2012, p. 24).

Porém, como apontado pelo registro de Flodoardo, a região ainda estava sujeita à migração de novos agrupamentos escandinavos que, provavelmente, não haviam adotado a crença cristã. Como diferenciar estes normandos ocidentais dos escandinavos ainda plenamente politeístas que chegavam à costa normanda? A solução é similar à usada anteriormente: empregar o termo "pagão". Os pagãos são os dácios recém-chegados de além-mar, plenamente politeístas e que não adotaram nenhum nível de cristianismo ainda e que se recusam a serem batizados.

Isso parece se alinhar com os objetivos da escrita de Dudo. Apontamos, anteriormente, como um dos grandes interesses de Ricardo II com a obra de Dudo, afirmar a posição dos soberanos normandos como cristãos. Porém, outro objetivo pode ser apontado: legitimar o domínio normando sobre a Baixa-Normandia. Embora tais comunidades escandinavas do oeste normando não tenham deixado registros escritos, é perfeitamente provável que essas comunidades tivessem suas próprias narrativas sobre seu passado. Tais narrativas, provavelmente orais, teriam sua própria seleção de memórias a serem lembradas ou

negligenciadas. Assim, a obra de Dudo serve também para suprimir essas narrativas paralelas e substituí-las por um "relato oficial" centralizado na dinastia rollônida.

Como dito anteriormente, o período de governo de Ricardo I e Ricardo II é um momento de crescente expansão de Rouen rumo ao oeste. Assim, faz sentido que, em sua narrativa, Dudo já aponte toda essa região como plenamente sob o controle de Rouen. Mais do que um relato fidedigno da realidade, Dudo constrói uma representação da realidade que visa influenciar a própria sociedade de seu tempo.

Dudo busca legitimar e naturalizar o governo de Rouen na região, usando-se de uma suposta tradição passada. Assim, Dudo idealiza uma Baixa-Normandia plenamente cristianizada e sob o domínio incontestável da dinastia rollônida. Esse é um ponto de grande importância. Não podemos esquecer que Dudo precisa retratar os governantes de Rouen como legítimos príncipes cristãos. Em outras palavras, após o batismo de Rollo, seu povo também deve ser plenamente cristão.

Nesse ponto, os pagãos cumprem uma função importante na obra. Haroldo e seus homens auxiliam os normandos e depois retornam à Dácia e os pagãos posteriores que auxiliam Ricardo e não desejam ser batizados são enviados para fora da Normandia. Assim, Dudo parece atender aos dois grandes interesses de Ricardo II. Ele traça uma tradição legítima e centraliza o domínio normando na Baixa-Normandia. Ao mesmo tempo, o autor consolida a posição da dinastia rollônida (após o batismo de Rollo) como uma liderança plenamente cristã, apontando que qualquer pagão na região se trata de um estrangeiro de passagem ou alguém a ser combatido ou convertido pela dinastia normanda.

Após o batismo de Rollo, ele, seus descendentes e seus súditos devem ser cristãos. Desse modo, os pagãos são trazidos na narrativa justamente como uma oposição ao ideal normando construído por Dudo. A fronteira que antes separa e define pagãos e cristãos se flexibiliza para opor pagãos e normandos, normandos estes que ainda mantêm crenças e práticas escandinavas pré-cristãs.

Graham Loud, ao comparar o texto de Dudo com o de seu sucessor em sua tarefa, Guilherme de Jumièges, aponta algo interessante. Para o autor, Jumièges traça uma separação

mais explícita entre os normandos e outros escandinavos, como dinamarqueses e suecos (LOUD, 1981, p. 109). Para Jumièges, um ponto marcante de distinção é que os normandos, além de estarem estabelecidos na Normandia, são cristãos, enquanto outros escandinavos seriam pagãos (LOUD, 1981, p. 109).

Loud aponta que Dudo seria mais ambivalente em sua representação dos pagãos, dentre outros fatores, pela sua consciência de que a conversão destes escandinavos na Normandia ainda estava em um processo inacabado e gradual (LOUD, 1981, p. 109). Assim, para Loud, a distinção entre normandos e outros escandinavos não é tão bem delimitada em Dudo quanto é na obra de Guilherme de Jumièges (LOUD, 1981, p. 109).

Como já apontamos anteriormente, Dudo se usa amplamente do termo *dácio*. Mesmo após o batismo de Rollo e no governo de seus descendentes, ele continua chamando os normandos de *dácios*. Isso é evidenciado na união de Ricardo I com Gunnora. Entre os argumentos de seus conselheiros para que Ricardo se unisse a ela em matrimônio, eles citam o benefício para a Normandia da união de duas importantes e destacadas linhagens *dácias* que produziriam um herdeiro digno, convenientemente, Ricardo II, o patrono de Dudo.

Embora o termo "*dácio*" seja amplamente generalizado na obra de Dudo para se referir às populações escandinavas, o termo *pagão*" parece seguir uma função mais específica e mais criteriosa na narrativa. Mesmo que Rollo tenha guerreiros pagãos lutando por ele antes de seu batismo, nem Rollo nem seus seguidores mais próximos, como Botho ou Bernardo, são denominados pagãos.

Como apontado por Benjamin Pohl, Dudo constrói uma complexa biografia narrativa na qual Rollo se desenvolve constantemente sob a condução de Deus (POHL, 2015, p. 227). Nessa narrativa, cada batalha e campanha de Dudo está dentro de um plano divino que culminará em sua plena conversão (POHL, 2015, p. 227). Dessa forma, Dudo parece distinguir Rollo dos outros escandinavos pagãos. Da mesma forma que o autor distingue os *dácios* recém-chegados pagãos dos normandos de Bayeux, que falam nórdico, marcham e lutam junto aos pagãos, mas que não são pagãos.

Assim, o termo "pagão" parece delimitar um grupo de dácios censuráveis e que se opõe à figura de Rollo, de seus descendentes e de seus súditos (após o batismo de Rollo). O termo pagão cumpre então uma função mais específica em delimitar certos grupos de dácios e destacar a posição de Rollo e seus descendentes como parte de um grupo distinto que mesmo se aliando a pagãos e mantendo práticas não cristãs, não são pagãos.

O termo pagão em Godofredo Malaterra: uma ferramenta de conquista?

No século XI, outro evento importante envolvendo os normandos aconteceria, dessa vez no Sul da Itália: a conquista normanda da Sicília. Como apontado por Loud, o sul da Itália entre os séculos IX e XI é um território altamente multicultural. Uma parte dessa Itália é governada por príncipes lombardos latinos, outra é formada por províncias gregas bizantinas e, desde sua conquista pela dinastia africana dos aglabidas, a Sicília era um emirado islâmico (LOUD, 2000, p. 12).

Nesse contexto, alianças e guerras eram constantes. Esses confrontos irão permitir a entrada de um novo elemento nesta dinâmica: os normandos. Estes normandos irão oferecer seus serviços como mercenários às diferentes lideranças na região (LOUD, 2000, p. 16). Como apontado por Loud, esses normandos não parecem ter uma relação direta com a dinastia de Rouen. Pelo contrário, parece que muitas famílias normandas que resolveram se estabelecer na Itália o fizeram justamente por entrarem em conflito com a dinastia rollônida ou serem preteridas de alguma forma no jogo de poder da Francia (LOUD, 2000, p. 88).

Esses mercenários normandos tomaram partido em uma expedição de reconquista bizantina da Sicília entre 1038 e 1040. Embora bem-sucedida a princípio, problemas internos no Império Bizantino e a intervenção de forças militares vindas da Ifríquia vão resultar no fracasso da campanha (LOUD, 2000, p. 78). Aliado a isso, os normandos vão aproveitar esse momento para se revoltar e começar a tomar controle efetivo de territórios bizantinos e lombardos (LOUD, 2000, p. 95). Posteriormente, esses normandos irão eleger Guilherme de Hauteville como seu líder. Com a morte de Guilherme e de outros de seus irmãos em batalha,

a liderança destes normandos passaria para seu irmão mais novo, Roberto Guiscardo (1015-1085) (LOUD, 2000, p. 123).

Roberto e seu irmão, Rogério (1031-1101), iniciam a conquista efetiva do sul da Itália pela linhagem dos Hauteville. Uma das principais campanhas dessa conquista seria a conquista do emirado siciliano, iniciada em 1061 e finalizada em 1091. Na campanha siciliana, Rogério teria grande destaque e terminaria por ser apontado por seu irmão como conde da Sicília (LOUD, 2000, p. 179). Contudo, um problema persiste tanto para Roberto quanto para Rogério. Ambos são governantes estrangeiros que precisam legitimar sua nova posição.

Tal legitimação é obtida por meio de vários mecanismos de poder e pela consolidação de laços sociais importantes. Porém, outra estratégia empregada pelos Hauteville, similar à usada por Ricardo II, é encomendar a escrita de narrativas que representem sua trajetória de uma forma favorável e criem uma tradição que justifique a posição desses normandos como parte dessas elites.

Neste trabalho escolhemos analisar a *De rebus gestis Rogerii Calabriae et Siciliae comitis et Roberti Guiscardi ducis fratris eius* de Godofredo Malaterra. Dentre os principais autores que descrevem a conquista normanda do sul da Itália, Malaterra parece ser aquele que estaria sob patrocínio direto do próprio Rogério e, portanto, sua narrativa relata com maior riqueza de detalhes as campanhas normandas e o governo de Rogério na Sicília junto aos muçulmanos.

Sobre Godofredo Malaterra, como no caso de Dudo, nossa principal fonte de informação sobre o autor é sua própria apresentação no início de sua obra. Malaterra se limita a dizer que vem de uma região além dos Alpes e que apenas recentemente havia chegado à Apúlia e mais recentemente ainda à Sicília, onde estaria atuando como monge no monastério de Santa Agatha de Catânia ((BONNICI, 2020, p. 20).

A apresentação de Malaterra cria uma série de possibilidades para sua origem, porém seu nome e a forma que muitas vezes parece se incluir ao falar dos normandos parecem sugerir uma origem normanda (BONNICI, 2020, p. 19). Parece possível que Malaterra, como outros clérigos francos, tenha sido trazido pelo desejo de Rogério de ter outros francos latinos em seu

novo território, formado majoritariamente por muçulmanos e cristãos ortodoxos (BONNICI, 2020, p. 21).

Assim como no caso de Dudo, ao representar esses muçulmanos, Malaterra também irá incorrer no uso do termo pagão. Como vimos anteriormente, John Tolan defende que, entre os séculos XI e XII, nos textos latinos, sarracenos (termo usado para designar essas comunidades islâmicas) são comumente denominados como pagão e os autores cristãos se esforçam por retratar os muçulmanos como idólatras e politeístas (TOLAN, 2002, p. 105). Porém, esse é o objetivo do termo no texto de Godofredo Malaterra? O termo "pagão" é apenas um termo generalista para se referir aos muçulmanos ou pode ter uma função mais específica e criteriosa?

Jesse Hysell realizou um estudo interessante a respeito de como essas narrativas normandas representam os muçulmanos da Sicília. Segundo Hysell, Malaterra, embora em pontos da narrativa chame os muçulmanos de inimigos dos cristãos e suas crenças de superstições, parece fazê-lo apenas em momentos pontuais (HYSELL, 2011, p. 42). Segundo Hysell, na maior parte da narrativa, Malaterra mantém uma postura mais neutra em relação aos muçulmanos, preferindo chamá-los pelo termo genérico de sarraceno ou então pela sua origem (*sicilienses, africani, arabici*) (HYSELL, 2011, p. 61).

O primeiro uso do termo por Malaterra é pouco após a primeira expedição de Rogério na Sicília, em seu ataque à cidade de Messina. Nessa parte da obra, Malaterra defende que não seria errado que Rogério doasse o fruto de seu butim contra os pagãos (*paganos*) para a Igreja (Godofredo Malaterra, 1927, p.31). Porém, nesta passagem, Malaterra apenas inclui o termo no título do capítulo. Ele não se refere ao povo de Messina como tal durante a descrição da campanha no texto, o que parece tornar essa passagem consideravelmente vaga e parecendo ter sido acrescentada apenas para justificar a doação de possíveis butins, nas presentes e futuras campanhas normandas no Leste, para a Igreja. Se considerarmos Malaterra como um homem que usufrui diretamente dessas doações, parece justificável sua defesa delas.

Contudo, como dito anteriormente, o termo parece ser vago nessa passagem. Metcalfe aponta, por exemplo, que uma parte dos messinenses (*messanenses*) atacados por Rogério seriam judeus (METCALFE, 2009, p. 95). Parece perfeitamente possível que parte desse butim

viesses da comunidade judaica de Messina. Assim, é difícil associar o termo necessariamente com muçulmanos. Interessante notar também que, neste ataque, Malaterra apenas chama os opositores dos normandos de messianenses e não usa o termo sarraceno, que seria o termo mais genérico para descrever os muçulmanos⁵.

Posteriormente na narrativa, Malaterra traz duas passagens interessantes. Na primeira, os normandos enfrentam uma guarnição islâmica que estava defendendo a fortaleza de Castrogiovanni (Godofredo Malaterra, 1927, p.42). Na segunda, o autor retrata a batalha de Cerami (1063), na qual os normandos foram vitoriosos. Em ambas as passagens, o autor emprega o termo pagão para se referir aos inimigos dos normandos. Contudo, Malaterra destaca nas duas ocasiões a presença de árabes (*arabici*) e africanos (*africani*) junto aos sicilianos e chega a explicitamente distinguir os sicilianos dos pagãos durante a batalha (*paganorum ac Siciliensium*) (Godofredo Malaterra, 1927, p.44). Parece correto que em ambas as passagens Malaterra usa o termo para se referir aos africanos e árabes que haviam chegado recentemente à ilha para obter butim lutando junto aos sicilianos (Godofredo Malaterra, 1927, p.41).

Metcalfe afirma que tal separação clara entre os sicilianos e os pagãos parece indicar que haveria cristãos entre as tropas sicilianas e, por isso, o autor os opõe aos muçulmanos vindos da África (METCALFE, 2009, p. 95). Essa hipótese é possível, mas seria essa a única intenção de Malaterra? A fim de responder a essa pergunta, precisamos retomar a história da Sicília islâmica. Após a conquista dos aglábidas (governantes do emirado da Ifríquia), a Sicília vivenciará um importante processo de transformação (GRANARA, 2019, p. 4). A migração de árabes e berberes vindos do Norte da África, mas, principalmente, a conversão de boa parte de sua população ao Islã tornaram a ilha um território de maioria muçulmana, com uma minoria cristã ortodoxa vivendo na região nordeste da ilha (LOUD, 2000, p. 55).

No princípio do século X, os fatímidas conquistam a Ifríquia e a Sicília (GRANARA, 2019, p. 79). A partir da metade do século X, os fatímidas apontam a linhagem árabe dos kalbides como seus representantes no emirado siciliano (GRANARA, 2019, p. 28).

⁵ O termo sarraceno e o seu uso nas fontes normandas também pode promover uma análise importante para a historiografia. Infelizmente, não iremos realizar uma análise mais aprofundada do conceito e seu papel na obra de Malaterra neste artigo.

Aproveitando que os fatímidas haviam conquistado o Egito e estavam mais preocupados em promover sua expansão para o leste, os kalbides conseguiram um certo grau de autonomia (GRANARA, 2019, p. 28). Contudo, com a morte do último governante kalbide, Hasan as-Samsam em 1053, a situação se alterou. Como destacado por Metcalfe, a ilha foi dividida entre poderosos emires que iniciaram uma disputa de poder (METCALFE, 2009, p. 92).

Segundo o autor, essas disputas internas seriam uma das principais causas para o sucesso da invasão normanda na Sicília (METCALFE, 2009, p. 93). De fato, o próprio Malaterra narra como um desses emires, Ibn-thumman, é responsável por efetivamente iniciar a conquista normanda da Sicília ao solicitar auxílio dos Hauteville. Malaterra exalta como Ibn al-Thumna se esforça para convencer os normandos a invadirem a Sicília (Godofredo Malaterra, 1927, p.30).

Para além disso, a dinâmica da Sicília islâmica parece ser diretamente afetada pelo contexto político do Norte da África. Segundo William Granara, os aglábidas, os fatímidas e os kalbides, dinastias vindas da África, se notabilizaram por explorar largamente os recursos sicilianos (GRANARA, 2019, p. 84). Essa exploração de recursos e abusos parece ter gerado certa insatisfação dos muçulmanos na Sicília com os muçulmanos do Norte da África (GRANARA, 2019, p. 88).

Essa insatisfação culminaria na busca crescente destes sicilianos por maior autonomia, o que será obtido ao longo do século XI (GRANARA, 2019, p. 89). Assim, a oposição entre os muçulmanos sicilianos e os muçulmanos africanos e árabes vindos do Norte da África parece ser uma ideia já existente e popular no emirado siciliano. Granara aponta, por exemplo, a existência de milícias locais em lugares como Agrigento e Palermo, o que parece indicar que as comunidades destas localidades tentavam manter seu certo grau de autonomia (GRANARA, 2019, p. 89).

Segundo Metcalfe, as tropas africanas e árabes mencionadas por Malaterra foram enviadas pelos zíridas. Os zíridas haviam sido apontados pelos fatímidas como emires na Ifríquia, porém, similar ao caso dos kalbides, com a atenção dos fatímidas voltada para o Egito, conseguiram um maior grau de autonomia (METCALFE, 2009, p. 92). No final da década de

1040, os zíridas rompem com os fatímidas e declarando lealdade ao califado abássida de Bagdá (METCALFE, 2009, p. 92). Em retaliação, os fatímidas incentivam a migração de populações semi-nômades da tribo dos Banu-Hilal e Banu-Sulaym que viviam no Egito para a Líbia, Ifríquia e Magreb (METCALFE, 2009, p. 93). Essa imigração expressiva seria responsável por mudanças sociais e políticas. Esses árabes promoveriam um crescente predomínio da atividade pastoril sobre a agricultura e um aumento significativo da arabização da região (METCALFE, 2009, p. 93).

No contexto político, os árabes tomaram a maior parte do território zírida, reduzindo seu domínio efetivo para a região costeira da atual Tunísia. Segundo Metcalfe, entre as décadas de 1060 e 1070, a dinastia zírida passava por uma crise profunda, tendo perdido a maior parte de seu território (METCALFE, 2009, p. 93). Do ponto de vista do emir zírida Tamim ibn al-Mu'izz (1031-1108), a invasão normanda na Sicília pode parecer uma benção. Tamim manda tropas para Sicília, não apenas por seu desejo de auxiliar os sicilianos muçulmanos, mas também visando expandir sua influência na ilha e obter para si os recursos sicilianos, como as outras dinastias africanas haviam feito anteriormente.

Tamim envia então seus dois filhos Ali e Ayyub à Sicília com um exército. Porém, a expedição zírida não tem o efeito necessário. Não apenas eles são derrotados definitivamente na batalha de Misilmeri (1068), como são vítimas de hostilidade pelos próprios muçulmanos sicilianos, que passam a se opor à interferência zírida (METCALFE, 2009, p. 93). Exaltar e explorar essa divisão entre os muçulmanos parece se alinhar perfeitamente com os objetivos de Malaterra.

Quando o autor escreve sua obra, a conquista de Rogério está consolidada e o normando agora é soberano de um território majoritariamente muçulmano. Não desejando perder a força produtiva dessas comunidades islâmicas, Rogério irá adotar uma política de tolerância, permitindo que tais comunidades mantenham sua fé e certo grau de autonomia limitada. Além disso, Rogério irá adotar estruturas administrativas islâmicas e até mesmo colocar membros dessa comunidade muçulmana em posições de destaque em seu governo (METCALFE, 2002, p.298).

Depois de mais de 30 anos de campanhas, uma das maiores preocupações de Rogério é garantir a estabilidade de seu domínio, ou seja, que essas comunidades muçulmanas não se revoltem. Assim, parece que garantir essa estabilidade na Sicília é um dos objetivos que levam Rogério a encomendar a obra de Godofredo Malaterra. É interessante notar que, ao longo da narrativa, o termo siciliano parece sofrer uma mudança de significado.

Durante a conquista normanda, os sicilianos são inimigos dos normandos e se opõem a eles. Contudo, com o avanço da narrativa, os sicilianos se convertem de inimigos em súditos de Rogério. Rogério se torna o conde dos sicilianos (*siculorum comitis*). Malaterra destaca, por exemplo, como Rogério irá usar tropas sicilianas em suas campanhas posteriores na Itália contra os lombardos.

O conde, porém, quanto mais atentamente os via prosseguir em sua defesa, mais se inflamava sua ira, pois sabia que poderia lhes causar menos dano. Não se deixou dissuadir de sua empreitada, mas empenhou-se ainda mais em vencer, tentando de tudo. Portanto, dispensando seus soldados sicilianos, aos quais já havia concedido posses da ilha, até onde os havia subjugado, em Partinicum e Cornilius, ordenou-lhes que hostilizassem aos jatenses (Tradução nossa) (Godofredo Malaterra, 1927, p.69)⁶.

Não somente isso, mas o autor também destaca que tais tropas sicilianas e sarracenas formariam a maior parte do exército de Rogério em campanhas posteriores (Godofredo Malaterra, 1927, p.104). Malaterra parece criar uma nova imagem para estes sicilianos, a imagem de súditos leais de Rogério. Importante salientar, porém, que para criar tal imagem, se faz necessário combater outro importante elemento de coesão social empregado largamente no emirado siciliano.

Como apontado por William Granara, os aglábidas, os fatímidas e o kalbides irão usar amplamente do conceito de *Jihad* ou de guerra santa para justificar seu governo e exploração

⁶ Comes autem, quanto eos in sui defensione attentius instare videbat, tanto altiori ira inflammabatur, quo se eos minus laedere posse cognoscebat: non ab incepto deterrebat, sed eo instantius quo praevaleret omnia conando nitebatur. Sicilienses ergo milites suos, quibus jam impertierat possessiones insulae, quantum subjugaverat, apud Partinicum et Cornilium dimittens, Jatensibus infestos fieri praecepit.

da Sicília (GRANARA, 2019, p. 19). A existência de um inimigo comum, os cristãos, vai ser explorada para garantir a coesão das comunidades islâmicas, evitar revoltas e obter recursos.

Granara afirma ainda que uma participação ativa no processo de Jihad passa a estar diretamente associada com o próprio direito dessas dinastias em governar a Sicília (GRANARA, 2019, p. 19). Os fatímidas irão se apoiar largamente em um discurso de incentivo e participação ativa na Jihad para legitimar sua conquista sobre os aglábidas (GRANARA, 2019, p. 17).

De fato, Graham Loud afirma que ataques islâmicos são uma constância entre os lombardos e os bizantinos na Itália dos séculos IX e X (LOUD, 2000, p. 63). O autor afirma que os períodos nos quais esses ataques não ocorreram seriam por conta de disputas internas no emirado siciliano. Parece possível que a ausência destas expedições contribuiu para agravar ainda mais a instabilidade na ilha. Assim, a Jihad não apenas garantia uma coesão e estabilidade da comunidade islâmica, como também justificava a interferência norte-africana na ilha (GRANARA, 2019, p. 86). Sem dúvidas, uma revolta unificada dos muçulmanos na ilha aliada a uma nova invasão vinda do Norte da África seria um dos principais temores de Rogério.

É vital combater a ideia de uma *Jihad* e uma unificação islâmica que ela pode gerar. Para isso, explorar divisões dentro desse mundo islâmico e destacar as oposições dentro dessas comunidades parece uma estratégia eficiente de atuação. A obra de Malaterra parece promover a divisão e oposição desses muçulmanos. O próprio fato de Malaterra muitas vezes preferir chamar esses muçulmanos de messianenses ou palermitanos parece explorar divisões internas já existentes dentro desse emirado siciliano. Segundo Granara, a Sicília muçulmana é altamente marcada por disputas internas entre árabes e bérberes, xiitas e sunitas, africanos e sicilianos e até mesmo rivalidades locais como a existente entre Palermo e Agrigento (GRANARA, 2019, p. 89).

Essas rivalidades e disputa se agravaram consideravelmente com o fim do governo kalbide. Segundo Metcalfe, após a retirada zírida após a batalha de Misilmeri, a resistência islâmica torna-se ainda mais fragmentada, com uma parte dos muçulmanos se aliando a

Rogério e outra parte se opondo a ele (METCALFE, 2009, p. 96). Explorar essas divisões e exaltar essas rivalidades parece ser a estratégia adotada por Malaterra em sua obra.

Assim, o termo pagão parece ser usado como uma ferramenta importante que separa e opõe os muçulmanos sicilianos das comunidades islâmicas do norte da África. O autor parece, assim, querer evitar uma possível união entre os sicilianos e os africanos e árabes do norte da África. Esse temor se manteria na Sicília dos Hauteville até a segunda metade do século XII. Jesse Hysell aponta o trabalho de Hugo Falcandus no período. O texto de Falcandus alerta para uma possível invasão africana dos almóadas e acusa muçulmanos da Sicília de conspirarem com os soberanos almóadas (HYSELL, 2011, p.55). Isso parece corroborar a importância em garantir que as comunidades islâmicas da ilha não buscassem auxílio das dinastias africanas.

Além disso, destacar como essas tropas africanas e árabes vieram para a Sicília para a obtenção de lucro e como elas foram derrotadas pelos normandos parece ter o desejo de desincentivar ainda mais esses muçulmanos a se aliarem com os poderes islâmicos de fora da ilha. Malaterra se usa da própria insatisfação provocada pela interferência zírída na ilha para alimentar esse sentimento de oposição entre os sicilianos e os muçulmanos de fora da Sicília.

Após alguns dias, portanto, tendo recuperado os cavalos que havia trazido, descobriu que os árabes e africanos, que vieram da Arábia e da África, para auxiliar os sicilianos e com o objetivo de obter lucro, estavam alojados em Castrogiovanni, em número de até quinhentos. (Tradução nossa) (Godofredo Malaterra, 1927, p.41)⁷.

Assim, parece que o emprego por Malaterra do termo pagão não está relacionado a promover uma dicotomia entre cristãos e muçulmanos, pelo contrário, Malaterra parece usá-lo para explorar rivalidades e divisões dentro das próprias comunidades islâmicas. Malaterra traça uma fronteira entre os súditos de Rogério, muçulmanos sicilianos e as populações do norte da África. Essas rivalidades e divisões não são criadas por Godofredo Malaterra, mas

⁷ Aliquantis ergo diebus equis, quos adduxerat, recreatis, comperto quod Arabici et Africani, qui Arabia et Africa, quasi auxilium laturo Siciliensibus, causa lucrandi, advenerant, apud Castrum- Johannis usque ad quingentos morarentur,

são incentivadas pelo seu texto e a denominação pagão parece cumprir um papel importante para alcançar esse objetivo.

Considerações Finais

Como observamos anteriormente, o medievo será um período de interação e trocas entre populações cristãs e povos não cristãos. Tais interações convergem em uma importante produção textual a respeito dessas relações sociopolíticas. Essa literatura, em certos momentos da história medieval, parece incorrer na reprodução de uma certa dicotomia entre cristãos e pagãos. Em alguns casos, o termo "pagão" parece ser amplamente generalizado para incluir tudo o que não se encaixa ao ideal cristão dos autores.

Contudo, no século XI, podemos encontrar duas obras que parecem fugir a essa perspectiva. Tanto Dudo de Saint-Quentin quanto Godofredo Malaterra parecem usar o termo não como uma nomenclatura generalista, mas como uma ferramenta narrativa importante para alcançar os objetivos políticos e sociais dos autores ao escreverem suas obras.

Dudo de Saint-Quentin usa os pagãos para destacar uma distinção entre os próprios dácios. Embora os normandos também sejam da linhagem dácia, eles não são pagãos nem mesmo antes de seu batismo. O autor parece, assim, ressaltar o caráter cristão de seus patronos: a dinastia rollônida de Rouen. Ao mesmo tempo, ao opor os homens da Baixa-Normandia aos pagãos, como duas categorias diferentes, o autor parece reforçar dentro da Normandia. Os normandos não são pagãos e, uma vez que os homens de Bessin e Contentin não são pagãos, isso os aproxima dos normandos e da casa de Rouen.

Por sua vez, Godofredo Malaterra usa o termo para explorar rivalidades e divisões internas no mundo muçulmano. Em um período logo após a conquista normanda da Sicília, garantir que a população siciliana majoritariamente muçulmana não se revolte ou se alie a dinastias islâmicas estrangeiras é essencial. Ao representar os africanos e árabes do Norte da África como pagãos, o autor parece alimentar disputas pré-existentes na Sicília islâmica. Malaterra, assim, demarca essa fronteira entre os súditos de Rogério, os sicilianos, e os pagãos, que invadiram a Sicília buscando lucro pessoal.

Ambos os autores usam a representação do pagão não necessariamente para separar e opor cristãos e não cristãos, mas sim para promover distinção entre as próprias populações não cristãs. Sejam escandinavos politeístas ou sarracenos muçulmanos, não é a natureza de suas crenças ou suas práticas religiosas que os torna pagãos ou não, mas sim a forma como a imagem dessas populações se alinha aos objetivos dos autores. O conceito de pagão se torna um instrumento de diferenciação e demarcação de singularidades dentro destas comunidades, configurando-se em uma ferramenta complexa e de atuação versátil que pode ser moldada de acordo com os interesses e objetivos de quem representa-os.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Dudo de Saint-Quentin. *De moribus et actis primorum Normanniæ ducum*. Editado por Jules Lair. Mémoires de la Société des Antiquaires de Normandie, 23, 1865.

Godofredo Malaterra. *De Rebus Gestis Rogerii Calabriae et Siciliae Comitis et Roberti Guiscardi Ducis fratris eius*. Ed. Ernesto Pontieri, Rerum Italicarum Scriptores V pt.1, Bologna, 1927.

Bibliografia

ABRAMS, Lesley. *Early Normandy. Anglo-Norman Studies XXXV: Proceedings of the Battle Conference*, 2013, 35.

BAILEY, Michael. *Magic and Disbelief in Carolingian Lyon*. In: CONTI, Fabrizio (Ed). *Civilizations of the supernatural*, 2020, 177-202.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe& STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BONNICI, Thomas. *Os feitos do conde Rogério da Calábria e da Sicília e de seu irmão duque Roberto Guiscardo*. Maringá: Diálogos, 2020.

- BROWN, Gordon. *The Norman Conquest of Southern Italy and Sicily*. Jefferson: McFarland & Company Inc, 2003.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estud. av. vol.5 no.11 São Paulo, Jan./Apr. 1991.
- CROUCH, David. *The Normans: The History of a dynasty*. Londres: Hambledon and London, 2002.
- GEARY, Patrick. *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millennium*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- GEARY, Patrick J. *Vivre en Conflit dans une France sans État: typologie des mécanismes de règlement des conflits (1050-1200*. In: *Annales: économies, sociétés, civilisations*, no. 5, 1986; 1107-1133.
- GRANARA, William. *Narrating Muslim Sicily*. Londres: I.B.Tauris, 2019.
- HAGGER, M. How the West was Won: The Norman Dukes and the Cotentin, c.987-1087. *Journal of Medieval History*, 1, 2012, pp. 20-55.
- HYSELL, Jesse. *Videbantur gens effera: defining and perceiving peoples in the chronicles of norman Italy*. Orientador: Luigi Andrea Berto. Tese de mestrado defendida junto a Western Michigan University, 2011.
- LANGER, Johnni. *As religiões nórdicas da Era viking: símbolos, ritos e deuses*. Petrópolis: Editora vozes, 2023.
- LOUD, G. A. *The age of Robert Guiscard: southern Italy and the Norman conquest*. Essex: Longman, 2000.
- LOUD, G. A. *The gens normannorum-myth or reality?* IN: BROWN, Allen. *Anglo-Norman Studies XXXV: Proceedings of the Battle Conference*, Woodbridge: Boydell Press, 1981, IV.
- LOUD, G. A; METCALFE, Alex. *The society of Norman Italy*. Leiden: Brill Press, 2002.
- METCALFE, Alex. *The muslims of medieval Italy*. Edinburgh: Edinburgh Press University, 2009.

- MCNAIR, Fraser. *The politics of being Norman in the reign of Richard the Fearless, Duke of Normandy (r. 942–996)*. *Early Medieval Europe*, 2015.
- O'DONNELL, J.J. *The demise of paganism*. *Traditio*, 35, 1979, p.45-88.
- PALMER, James. *Defining paganism in the Carolingian World*. *Early Medieval England*, 15, 2007, pp. 402-425.
- POHL, Benjamin. *Dudo of Saint-Quentin's Historia Normannorum: Tradition, Innovation and Memory*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2015.
- POHL, Walter. *Ethnicity in Early Medieval studies*. In: *Archaeological Polona*, vol. 29: 1991, 39-49. p. 41.
- SHOPKOW, Leah. *History and Community: Norman Historical Writing in the Eleventh and Twelfth Centuries*. Washington: Catholic University of America Press. 1997.
- TOLAN, John. V. *Saracens: Islam in medieval European imagination*. Nova York: Columbia University Press, 2002.